

**Crescimento** Para Mendonça de Barros, governo pode acabar aumentando carga tributária

# Desafio de 2004 é como ampliar investimento e manter meta fiscal

*Economia - Brasil*

**Raquel Balarin e Denise Neumann**  
De São Paulo

O governo terá de enfrentar o desafio em 2004 de como ampliar os investimentos em infraestrutura de modo a eliminar os gargalos para o crescimento econômico sustentado e, ao mesmo tempo, manter o superávit fiscal, essencial para a credibilidade do país. O resultado deverá ser, mais uma vez, o aumento da carga tributária, na opinião do economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados.

"Estou cético com a questão fiscal. E o Brasil vive hoje uma contradição entre o macroeconômico e o microeconômico. O país, por exemplo, corre o risco de dois paradões: um de transportes terrestres, quando entrar a nova safra, e outro, mais uma vez, de energia", disse o economista, que participou ontem do 2º Seminário Febraban de Economia. Ele prevê para este ano uma carga tributária estável, na casa dos 36,3% do Produto Interno Bruto (PIB), com um aumento para 37,5% do PIB em 2004.

A análise de Mendonça de Barros leva em consideração que o governo vem postergando gastos muito mais do que cortando custos, o que provoca um aumento da pressão ao longo do tempo. Considera ainda o efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre Estados e municípios, que tem levado prefeitos e governadores a buscar mais receitas próprias.

O perigo de um novo aumento da carga tributária é seu efeito direto sobre o crescimento econômico. Mais tributo significa menor renda disponível, e, portanto, menor consumo, redução do capital de giro das empresas e desestímulo a investimentos. Além, é claro, do aumento da informalidade, que hoje já restringe medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico, como o crédito com desconto em folha de pagamento.

Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, a proposta mais ampla de reforma tributária do governo federal incentiva a redu-

ção da informalidade ao instituir o imposto sobre valor agregado, já que só haverá crédito tributário na ponta final se todos os fornecedores tiverem apresentado notas fiscais de seus produtos.

Ele também discordou das previsões de Mendonça de Barros para a carga tributária. "Nos primeiros dez meses, houve uma queda de 1,3% do PIB na carga tributária por parte da União. Mesmo com um número dos mais pessimistas para a Cofins, de 0,5% do PIB, haveria ainda uma queda de 0,8% na carga tributária este ano", explicou Lisboa. Mendonça de Barros rebateu com exemplos de tributos municipais, como o ISS, que irá aumentar a arrecadação em R\$ 9 bilhões. "Nosso bolso não é separado por federal, estadual e municipal."

Uma saída para manter o superávit fiscal sem aumentar a carga tributária é o corte efetivo de gastos, na opinião de Cláudio Haddad, diretor presidente do IB-MEC, que citou o exemplo de Minas Gerais. Ainda assim, Haddad acredita que é preciso ter em mente que a queda da relação dívida/PIB será lenta e gradual. Mesmo com juro real de 8% ao ano, crescimento do PIB de 3,5% e superávit primário de 4,5%, a dívida teria uma redução de 3,7% do PIB em 2004. Voltaria ao patamar do primeiro semestre de 2002, pouco antes da crise pré-eleitoral.

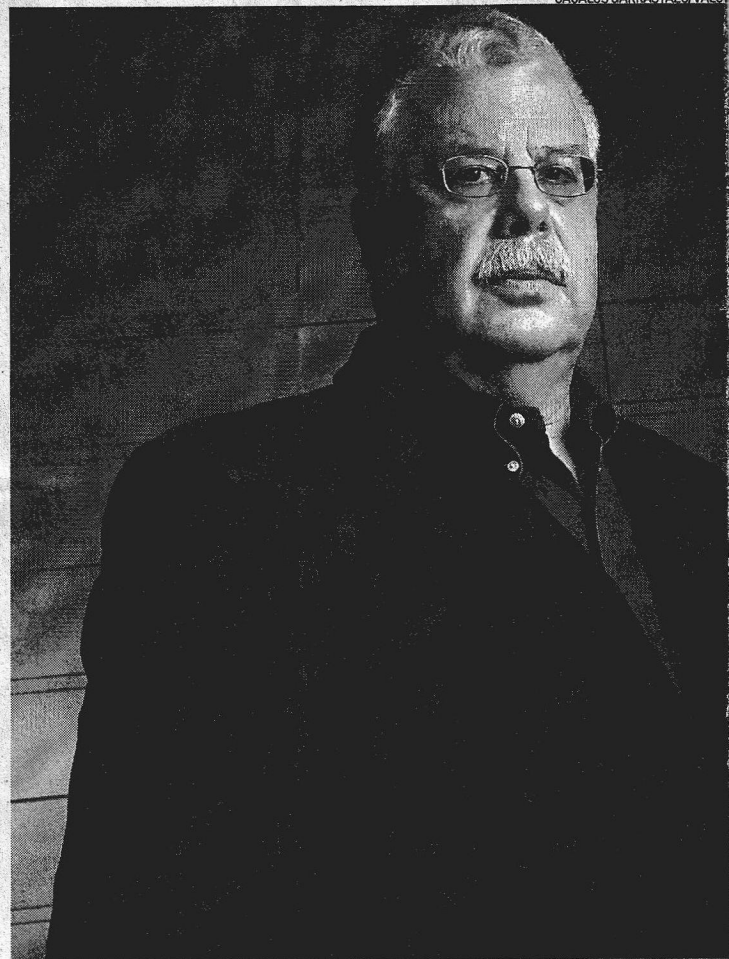
Por isso, o caminho para o crescimento sustentado exige anos e anos de superávit primário elevado para que a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) diminua, segundo o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em opinião compartilhada pelo professor da PUC-Rio, Márcio Garcia. Para ambos, é essa equação que trará "segurança" à estabilidade macroeconômica e abrirá espaço para que o risco país caia de forma efetiva e permita a redução do custo do investimento para o setor privado.

Para Garcia, a solução também passa pela redução da parcela da dívida atrelada ao câmbio e à taxa Selic. Ele defende um aumento dos títulos lastreados em indi-

ces de preços e com prazos muito mais longos. Para Pastore, a "urgência do crescimento não pode ser respondida com medidas artificiais. Ela requer medidas que produzam um crescimento contínuo do PIB". Essas medidas passam pela austeridade fiscal. É ela que abrirá espaço para juros reais mais baixos.

Fábio Giambiagi, economista do BNDES, disse que é falsa a idéia de que o governo "gasta cada vez mais com juros". Segundo suas estimativas, a parcela do PIB gasta com juros reais foi de 5,8% no período 1985/89 e de 4,3% nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, percentual que está sendo repetido em 2003.

"O tamanho do Estado pode inviabilizar o crescimento da economia brasileira", argumenta o sócio-diretor da MCM Consultores, José Júlio Senna. O governo, defende ele, precisa reduzir seus gastos para não criar obstáculos (além dos que já existem) ao crescimento. Giambiagi concorda. E para ele, há um tipo de gasto que deverá voltar brevemente ao debate: o previdenciário. Nas suas contas, os gastos do INSS, em proporção do PIB, vão 4,8% do PIB há 10 anos.



Ex-presidente do BC diz que a produção industrial de outubro foi a maior do ano

256